



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Centenário

Projeto de Lei n.º 22/2018 de 07 de maio de 2018.



Autoriza contratação emergencial de Motorista, e dá outras providências.

HILÁRIO JOSÉ KOLASSA, Prefeito Municipal de Centenário, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a contratação emergencial, de excepcional interesse público, de até três Motoristas, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, para atender a demanda do Município na área.

Parágrafo Único: Fica o poder Executivo autorizado a utilizar, na contratação de que trata a presente lei, a banca do processo seletivo nº 06/2017.

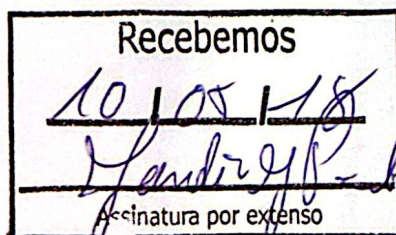
Art. 2º - A contratação, de natureza administrativa, vinculada ao regime geral de previdência social, será assegurado o direito a remuneração compatível com a função de igual ou assemelhado cargo/emprego na legislação local, férias, décima terceira remuneração e demais direitos previstos na legislação local.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei, correrão a conta de dotação orçamentária consignada na lei de meios.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 07 (sete) dias do mês de maio de 2018.



Hilário José Kolassa
Hilário José Kolassa
Prefeito Municipal

Fone: (54) 3613-5160 / 3613-5150
Av. Antônio Menegatti, 845 - CEP 99838-000 - Centenário - RS
CNPJ: 93.539.138/0001-44



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Centenário

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 22/2018

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a contratar emergencialmente de até três Motoristas.

Esta contratação se faz necessário para atender a necessidade do Município na área, em especial para atender as secretarias de obras, agricultura, educação e saúde, em especial dada a realidade de necessidade atual, pontual.

A contratação se dará por um período de doze meses, podendo ser encerrada antecipadamente ou prorrogada a depender da necessidade, que não é permanente.

Se trata de função da qual o Município não possui em concurso, necessitando de tal servidor junto as Secretarias para dar continuidade aos trabalhos, sendo esta precedida de processo seletivo já realizado.

Assim é que submetemos a análise dos nobres vereadores o presente projeto de lei a fim de que este seja apreciado com a atenção que lhe é devida.

Hilário José Kolassa
Hilário José Kolassa
Prefeito Municipal